



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 88

Sessão Ordinária de Fevereiro

2.ª Reunião de 07-03-2005

Aos sete dias do mês de Março de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, António Fernando Ribeiro Martins, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel Marques Oliveira, Fernando Vieira Ferreira, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Liz Miguel Marques da Silva, Vítor Manuel Santos Marques, Rafael Alexandre Lopes Nevado e Élio Manuel Delgado da Maia

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Marília Fernanda Correia Martins, Luís Miguel Capão Filipe e Joaquim Manuel Silva Marques.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, dos Vogais José da Cruz Costa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e Paulo Jorge Teixeira de Jesus, pelos sucedâneos João Pires da Rosa, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes e António Fernando Ribeiro Martins, respectivamente.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, se fez substituir, nesta reunião, por Vítor Manuel Marques Oliveira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara remeteu para a Comunicação Escrita a apresentação dos assuntos abordados, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu sobre o ponto que está neste momento em discussão, ou seja, a Comunicação do Senhor Presidente da Câmara não irei falar muito a propósito daquilo que ele diz, mas mais das omissões que eu penso, para além de fazer uma pergunta, sobre essa intervenção e ficarei por aqui. À parte económica não vou fazer qualquer referência agora, vou guardar isso para uma melhor oportunidade, numa próxima sessão.

Eu gostava que o Senhor Presidente me explicasse, na sua Comunicação na página quatro (na última parte), o que quer dizer, quando diz: “continuam a ser desenvolvidos os seguintes estudos, bem como acompanhados os respectivos processos de licenciamento.” Não sei a que processos de licenciamento se refere e gostaria de entender isto!?

Depois, passo por cima disto tudo e vou entrar numa coisa que já hoje se falou aqui, que efectivamente é preciso respeitar. Respeitar aquilo que é dito, respeitar a lei, respeitar os compromissos. E refiro-me concretamente à parte do “contencioso” que está inserida na Comunicação do Senhor Presidente — e é obrigatório.

Já por diversas vezes (e não foram poucas) por vários deputados de todas as bancadas e especialmente também com a ajuda muito importante do próprio Presidente da Assembleia Municipal, foi pedido ao Senhor Presidente da Câmara que na relação dos processos judiciais, nos recursos hierárquicos, etc., etc., etc., que dissesse algo mais. Porque o que está dito é muito pouco e fica aquém das nossas efectivas necessidades para poder ajuizar com alguma isenção e justiça tudo isso.

As informações, não obstante ter havido essas solicitações, cada vez são mais lacónicas. Se repararem e se compararem o que é dito hoje nesta Comunicação quanto a estas matérias, nós verificamos que em termos de contencioso externo temos o número de processo, temos o tipo de processo, temos o tribunal e temos as partes — não diz pura e simplesmente mais nada!?

Ora bem, não é isto o que a lei diz! O que a lei diz: é que esta informação tem que ser a mais completa possível. E para nós podermos entender e sob pena de não sermos tratados aqui assim como segundas figuras e comermos a palha de qualquer maneira que nos dão, tem que haver efectivamente um bocado mais de consideração. Nestes processos nós precisamos de saber a origem, os montantes, e as fases de cada processo. V/Exas. dirão que isto é de somenos importância — para nós é muito importante. E é tão importante que resolveram fazer desta questão obrigatória e a inserir na Comunicação do Senhor Presidente.

Como dizia, a informação é cada vez mais escassa e menos concludente, e viola, permitam-me dizer, a Lei 5-A de 2002, no seu artigo 68.º, e mais precisamente no seu n.º 4, passo a citar: «devem também constar obrigatoriamente as matérias referidas na alínea d) n.º 1 do mesmo artigo, bem como o saldo e estado actual das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos, processos judiciais pendentes e estado actualizado dos mesmos.» E repito: “estado actualizado dos mesmos”.

Aquilo que nos é dado não é nada; significa nada! Então a Câmara que ao menos poupe papel porque para nós é pouco importante saber que existe um processo número tal, no tribunal tal, com as partes tal.

O que eu acabei de dizer é o que reza a cartilha e nós temos o direito de ter essa informação. O Senhor Presidente da Câmara tem a obrigação de dar essa informação, não estamos a pedir favor nenhum.

Numa análise que fiz muito breve a estes processos: Ambiente Puro, Bravenconstroï, Cimertex, Manuel Figueiredo Dias, etc., etc., etc., não sabemos nada destes processos!? Não sabemos a origem, não sabemos os montantes em causa, não sabemos as razões, não sabemos quais são as fases. Eu não acredito que seja por falta de elementos, porque há!

A bancada do CDS não vai abdicar desta informação, porque a considera demasiado importante. Porque esta bancada às vezes fala mais no seu silêncio, do que muitas palavras e muitos argumentos. É bom que a Câmara saiba disto.

Hoje não vamos tomar nenhuma atitude, mas deixo a questão no ar — a repetir-se este facto, o CDS irá tomar uma atitude. E a bancada do CDS não vai abdicar desta mesma informação porque considera se não o melhor, um dos melhores barómetros da capacidade de gestão desta Câmara.

Porque meus amigos, se houver muitas reclamações, é porque algo não está bem. Se houver muitas injunções é porque algo não está bem. Se houver muitos recursos hierárquicos é porque algo não está bem. Se houver muitas dívidas a fornecedores (como é o caso) é porque algo não está bem. E se existem processos e reclamações que não constam desta informação, é porque algo está muito mal – e eu sei do que falo. Há processos que existem que não fazem parte desta comunicação! Mas mais, eu sou responsável pelas minhas afirmações; eu sei do que falo.

Há outra coisa. Há processos aqui que aparecem e desaparecem e nós nunca chegamos a saber qual foi a conclusão final!? Não sabemos se a Câmara tem razão, se a Câmara foi condenada, se a Câmara foi obrigada a pagar, se o réu foi absolvido... não sabemos de nada!

Mais, esta informação não vem para especialistas na matéria. Quando vem aqui assim um processo como é este, por exemplo do “REC-REC”. Diz, autor: “REC-REC”! Eu não sei o que é isto? O Dr. Jorge Nascimento e outros juristas com certeza que saberão; eu não tenho obrigação de saber. Eu penso tratar-se: um quer dizer “recurso” e outro talvez “matéria recorrida” ou “autor recorrido”; não sei o que é!? Nós precisamos de ter informação que nos permita interpretar isto o mais profundamente possível.

E como disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, esta matéria para nós é demasiado importante. Eu sei que neste momento existem sentenças que esta Assembleia se soubesse (elas podem não ter transitado em julgado), mas se as conhecesse, teriam que se por em sentido perante tais factos.”

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu tinha tentado falar de dois pontos: uma que eu pensava que era uma preocupação a nível nacional — agora fiquei ligeiramente preocupada a nível local.

Não consigo Senhor Presidente, que o conheço há muitos anos e sei que é um democrata, mas com uma certa mentalidade que tenho receio que se venha a instalar.

Eu queria falar embora não esteja directamente ligado com a Comunicação do Presidente da Câmara, queria falar da comunicação social. Há quatro meses que nós temos assistido a ataques sistemáticos, agressivos, muitas vezes gratuitos, contra o PSD e o seu Presidente. Nunca desde o tempo do “Gonçalvismo” uma tão completa e orquestrada propaganda; isto tem-me chocado e inexplicavelmente, de repente, todo o ruído, toda a violência, acabou no

dia vinte de Fevereiro — desde aí o silêncio!? Um silêncio obediente, subserviente, quase chocante. Não há nada a dizer, não há nenhum comentário a fazer. Nenhuma discussão, nenhuma opinião. Isto leva-me a concluir que estava alcançado o objectivo e era preciso continuar a protecção.

E eu pergunto-me, em todo este processo, onde é que fica o nosso país, onde é que fica a liberdade de expressão, o direito a não ser da maioria? Já uma vez disse aqui e disse noutros locais, que ninguém é melhor que os outros por pertencer a determinado partido. E ninguém pode ser ridicularizado, destruído, maltratado, pela comunicação social, por pertencer a um partido, por ter as suas ideias próprias.

Gostava de sublinhar que mal vai a democracia se esta mentalidade se mantiver – com o intuito de nos calar.

Não nos calámos quando foi o “Gonçalvismo”, quando fomos ameaçados (falo por mim, falo em meu nome pessoal), não me vou calar agora. Estou realmente preocupada, desiludida e realmente chocada com o comportamento da comunicação social, da propaganda que tem sido feita.

A minha segunda preocupação é uma preocupação de nível internacional ou geral, não tanto nacional: é com a situação das mulheres em muitas latitudes, em muitos países, em muitos continentes. Amanhã é o Dia Internacional da Mulher. Tenho pena que tenha que haver um Dia Internacional da Mulher; é sinal de que os direitos não foram ainda conseguidos, que as igualdades não foram atingidas, que os direitos fundamentais não foram ainda conseguidos para muitas mulheres. Sabemos que não têm direito à educação, nem à saúde, nem à assistência, nem à liberdade de escolha das suas vidas em muitos outros países.

Aqui em Portugal essa situação foi em parte ultrapassada, mas não queria deixar passar o dia oito de Março, sem sublinhar e sem me lembrar de muitos milhões de mulheres que ao longo do mundo estão em situação de total escravatura e não podem ser esquecidas.”

Vogal António Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em relação ao conteúdo da Comunicação do Senhor Presidente, eu gostava de fazer duas ou três perguntas. Primeiro, gostava de falar daquilo que não existe e que de facto é culpa mais uma vez do Senhor Presidente da Assembleia, porque deixa passar em branco.

Na última reunião falei-lhe que os documentos não estavam muito visíveis, que a gente conseguia ver mal... melhorou; parabéns! Só que desapareceu a informação das empresas municipais!? Escapou-se! Desapareceu! Pura e simplesmente não existe. Isto é uma falta grave.

E não deve ter sido o Senhor Cartaxo, Senhor Presidente. Claro que não! Acha que foi? Quando muito é o Senhor Presidente que é o responsável pelos documentos que traz à Assembleia. Se quiser passar a culpa para o gato que está em baixo, faz favor — que é o costume.

Mas de facto há uma sociedade que não aparece aqui relatada nas “contas” e isso é grave. Porque é uma falha grave contra a Assembleia. E nós temos o direito... não sabe qual é Senhor Presidente? – É o Aveiro-Basket.

Eu gostava de saber duas ou três respostas muito simples e começava pela parte positiva que é de facto o ponto cinco e o ponto seis da Comunicação do Senhor Presidente. Acho que são dois acontecimentos importantes para a cidade e para o concelho; portanto a POLIS, naquilo que vai concluindo. Quanto à pista-de-remo, que em conjunto com o Secretário de Estado, numa reunião que eu tive a honra de estar presente, realmente ficou resolvida. Gostava de perguntar ao Senhor Presidente também se a empresa Aveiro-Expo já vai ser responsável pela próxima organização da Feira de Março? São perguntas simples de responder, não tem nenhum problema.

Em relação às “contas”, eu costumo falar deste ponto. De facto é uma evidência que estancou ou pelo menos parou o endividamento; reduziu um bocadinho o endividamento, é verdade que sim (5,9%) concretamente!? Agora (é um ponto positivo e eu tenho estado a falar de coisa boas), ainda temos uma dívida muito grande. E daquilo que o meu colega falou anteriormente, de facto há aqui coisas escondidas que os senhores não levantam nas “contas”. Porque há de facto muito dinheiro que se deve e que ainda aqui não aparece! E esta é uma realidade que também devemos contar.

Eu não digo que não hajam contas que não são contabilizadas, mas há certamente circunstâncias que não foram aqui relatadas — e isso é um direito desta Assembleia. Nós devemos fiscalizar a acção dos governos locais e no nosso caso governo local e não temos dados. E os dados são muitas vezes escamoteados desta forma grosseira como se viu anteriormente e que de facto não podem ser. E a responsabilidade disto é do Senhor Presidente da Assembleia, porque tem o direito e o dever de lutar para que nós sejamos informados. De facto o grande problema da democracia portuguesa é que as oposições não têm de facto muitos dados para às vezes poder operar. E muitas vezes, pelo menos duas vezes, já aqui fiz requerimentos que nem se dignaram responder — e eu chamei à atenção disso ao Senhor Presidente e até hoje.

Em relação a uma outra circunstância, que tem a ver com a SIMRIA, não está no relatório eu peço desculpa de falar neste assunto, mas falámos no “período de antes da ordem do dia” e depois a novela continuou nos jornais.

E eu gostava de saber do Senhor Presidente da Câmara, fazer-lhe meia dúzia de perguntas e que respondesse sim ou não.

- Se é verdade ou não que assinou em 08/05/2000 o contrato que previa a facturação, o acordo com as taxas da SIMRIA, na presença do engenheiro Guterres e do então Ministro José Sócrates, que era Ministro do Ambiente? Que se condicionou esse acordo a uma deliberação de Câmara a emitir no prazo de dois meses e que nunca aconteceu?

- Se é verdade que durante esses dois anos que durou o governo do engenheiro Guterres não conseguiu resolver o problema da facturação?

- Se é verdade ainda que a Administração actual da SIMRIA, entrou em funcionamento em 28/04/2003, e que também durante estes três anos da administração da SIMRIA também não conseguiu resolver o problema?

- Se sabe ou não que, talvez (eu não sei a data precisa) em Janeiro a entidade reguladora deu como válido o contrato entre a Câmara e a SIMRIA? Estou-lhe a fazer perguntas, quero que me responda objectivamente.

O Senhor diz nos jornais que é responsável por 50% dos efluentes do sistema!? Segundo os dados que estão publicados o Senhor em 2003 foi responsável por exactamente 16%. Ou seja, um milhão cento e dezassete mil setecentos e noventa e um metros cúbicos (isto está tudo na Internet eu não fui buscar isto a lado nenhum — infelizmente não está nos sites da Câmara, porque o site da Câmara só tem umas “coisitas” que não interessam para nada); que em 2004 a correr bem, o senhor porá no sistema no máximo 31% dos efluentes dos municípios todos da SIMRIA.

Depois o pior cenário, que agora é a pergunta final: para mim estas “contas” todas são quase que irrelevantes. O principal problema para mim é que continua a aparecer esgoto não tratado no Esteiro de S. Pedro e que tem a dez ou a quinze metros a hipóteses de ligar ao SIMRIA!? E por um problema destes que não consegue resolver há cinco anos (e a culpa não é só dos outros também é sua – é óbvio). Por que é que continuamos a deteriorar a saúde pública e a colocar os lixos no Esteiro de São Pedro? Era esta a pergunta final que lhe gostava de colocar. Porquê?”

(Entrou na sala o Vogal João Pires da Rosa)

Presidente da Mesa

“Devo dizer o seguinte: é facto que o senhor deputado tem pedido à Câmara informações que a Câmara ou não prestou (e não tem prestado pura e simplesmente) ou prestou com demora. Todavia, sempre que o Senhor deputado escreveu à Mesa a assinalar essa demora, essa omissão, sempre eu officiei à Câmara dando conta dessa sua reclamação — mais não posso fazer.

Quanto aos papéis que não vêm no relatório é matéria política. Não há uma ilegalidade com sanção. Não posso devolver o papel por estar incompleto. Mesmo que politicamente esteja incorrecto por preterir a obrigação de relatório e por depreciação das oposições, admito que sim.

Os documentos são distribuídos com antecedência para que os Senhores Deputados tenham a possibilidade de se irem informar pessoalmente sobre isso. Nomeadamente a história dos processos pendentes contra a Câmara (desde que estejam devidamente identificados). É evidente que é uma violência pedir a um deputado que vá fazer o rastreio daquela lista extensíssima de causas pendentes, é evidente. Mas que é facultada essa possibilidade, é. Talvez pudesse a Câmara, além das causas pendentes, fazer um sub-capítulo a dizer: “processos findos” — é uma sugestão que eu faço. Processos findos: findou este, aquele e aqueloutro, nem tem que ter muita conversa. Processos Findos em relação à listagem do relatório anterior. Acho que talvez se pudesse fazer isso; não sei se adiantaria muito.

Já agora, gostaria de fazer um elogio ao Secretário de Estado Hermínio Loureiro. É uma pessoa que penso que não é uma “águia-do-Marão” (de altos voos), mas que tem desempenhado e desempenhou o seu lugar com preocupação e empenhamento, dignidade e bom nível. E em relação a Aveiro, e em relação à pista-de-remo ficamos-lhe devedores. E foi bom porque depois de um Secretário de Estado do PSD ter tomado a atitude que tomou, o Governo do PS já não pode dizer menos; penso eu.

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

▲

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, antes de mais gostaria de lhe dizer que sempre vi em si um democrata de excepção. E tenho-o referido (não faço favor nenhum, é o meu entendimento, é a minha consciência que o dita) em todos os lugares em que é referido Aveiro e os seus órgãos políticos, eu refiro o Dr. Carlos Candal como uma referência da Democracia Portuguesa.

Há vinte anos que estou na Assembleia Municipal e quero dizer que convivo ao longo destes anos com o Sr. Custódio Ramos. Conheço-lhe o estilo. Sei que tem por vezes, como eu, o coração junto da dita boca. Mas por vezes sem querer, porque eu sei que ele não é assim, é deselegante; e hoje no início dos trabalhos desta assembleia foi-o sem necessidade.

Peço-lhe Sr. Custódio Ramos, pelo respeito que tenho para consigo, que seja igual a si próprio. Obviamente como sempre foi, porque se nós formos a recordar o passado, das lutas em que o Senhor estava deste lado da barricada, protestando muitas vezes por atitudes menos dignas, menos correctas da Mesa que então dirigia os trabalhos da Assembleia.

Quero ainda dizer que V/Exas. sabem que eu sempre pautei as minhas posições nesta Assembleia, nas reuniões da Câmara, em qualquer lugar que eu fale de Aveiro, pela dignificação das autarquias de Aveiro e dos seus eleitos.

Sempre defendi aquilo que eu considero ser valorizável em cada um de nós, independentemente da sua cor política. E procuro, e sempre procurei ter uma postura de separação rigorosa das funções que exerço. Nesta Assembleia tenho procurado estar como

Presidente da Junta de Oliveirinha em inerência de funções. E reportando-me tão só e tão simplesmente a esse facto, àquilo que interessa à minha freguesia, àquilo que interessa ao meu concelho, sem misturar as outras funções que eventualmente possa desempenhar, nomeadamente, o facto de ser Administrador não delegado da SIMRIA.

Sempre que foi abordada a questão SIMRIA nesta casa, eu sempre mantive silêncio – acho que é a minha obrigação. Por que o interesse do meu concelho (Aveiro), o respeito pela minha Câmara e pelo meu Presidente da Câmara e os seus Vereadores assim o exige.

Nos últimos dias sou surpreendido, o Senhor Presidente da Câmara, talvez já tem uns anos de experiência política, mas provavelmente pela euforia da vitória socialista e obviamente pelo peso específico que hoje significa no Distrito e no país e dentro do Partido Socialista, está um bocadinho eufórico demais Senhor Presidente. E eu peço-lhe o favor de refrear essa euforia, porque eu tenho que lembrar que aqui há uns cinco anos (e depois disso já estiveram três anos os governos do PSD e do PP), há uns cinco anos um membro desta Assembleia dizia que íamos ter governo socialista para dez anos, pelo menos. Entretanto, quando essa afirmação foi feita, dois anos depois já não havia governo socialista. Já veio o do PSD com o CDS/PP, já foram embora — e agora está o Partido Socialista outra vez. Como sabemos a Democracia tem destas coisas.

Fiz há dias uma saudação sincera. Desejo acima de tudo, e daí eu ter dito que considero que sou um político adulto, eu desejo acima de tudo porque estamos numa situação de tal forma difícil, que é acima de tudo sincero, que corra bem a governação do país ao Partido Socialista. É fundamental para todos nós que assim seja.

Face às questões locais e às notícias do Sr. Presidente da Câmara que diz: “além do mais por mim serão imediatamente demitidos os homens da SIMRIA”. Eu quero dizer apenas uma coisa. A partir de agora acho que o Senhor Presidente da Câmara me deu o direito de sempre que seja tratado problemas da SIMRIA a eles me referir com o conhecimento profundo de causa que tenho.

Hoje não o vou fazer. Espero que haja aqui um arrepiar de caminho de todos nós a bem de Aveiro, a bem da Câmara Municipal de Aveiro, a bem das empresas de Aveiro, a bem das empresas que servem Aveiro, e a bem dos Aveirenses que estão ao serviço dessas empresas. Mas apenas dizer o seguinte: as atitudes do Senhor Presidente da Câmara nos últimos dias para mim são um espanto! Não tinha nada de V/Exa. essa ideia; para mim são um espanto.

A atitude ofensiva à dignidade do Conselho de Administração da SIMRIA, nomeadamente do seu Presidente do Conselho de Administração ou do seu Administrador Executivo... o Senhor Presidente leia os jornais, foi posta em causa a competência das pessoas!? E eu quero, e eu só a isso quero-lhe responder, e não sou aqui eu o atingido porque eu sou Administrador não Executivo, quero apenas dizer-lhe que no ranking das empresas do Grupo Águas de Portugal, a SIMRIA é um empresa altamente cotada, sendo frequentemente colocada como a primeira ou a segunda em termos de objectivos cumpridos. É considerada altamente competente a gestão da SIMRIA. E o mérito não é meu, é do seu Administrador Executivo e dos seus Directores Técnicos.

Portanto Senhor Presidente, as outras questões falaremos delas, o Senhor deu-me uma oportunidade para isso mais adiante. Hoje não falo das outras questões. Eu gostaria de nunca as abordar. O Dr. Granjeira abordou-as aqui há pouco – eu gostaria de não as abordar porque são demasiado graves para todos nós. Obviamente que V/Exa. não tem razão para ter feito as afirmações que fez — e quero dizer-lhe que pela consideração que tenho por si me entristeceram.

Depois dizer-lhe, apenas uma referência quando à Comunicação do Presidente da Câmara, perdoem-me os Técnicos contabilistas desta casa, eu não costumo levar muito a sério estes documentos — aprendi isso ao longo dos anos. Não costumo levar muito a sério porque não correspondem à verdade. E eu sei que não correspondem à verdade! E sei por que razão é

que não correspondem à verdade. Mas só cito aqui uma que me interessa particularmente enquanto autarca – a mim e aos meus colegas Presidentes de Junta que estão aqui. Não é verdade que em Fevereiro de 2005 a Câmara Municipal de Aveiro deva apenas às freguesias duzentos e vinte mil seiscentos e vinte seis euros e setenta um cêntimos; deve muito mais que isto!”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sessão após Sessão, em que o Senhor Presidente da Câmara entende que não tem nada a dizer além daquilo que está escrito, quase que apetece também não dizer nada!?”

Mas eu queria dizer que a Comunicação do Senhor Presidente e a discussão à volta dela é um dos momentos mais nobres da vida desta Assembleia Municipal ou de qualquer Assembleia Municipal. Daí que não cairei certamente nessa técnica da desvalorização, em que o Senhor Presidente não tem nada a valorizar, tem apenas depois a replicar em relação àquilo que dizem os membros da Assembleia. Porque o conteúdo da Comunicação normalmente é muito pobre em relação àquilo que deve ser a actividade da Câmara e que se advinha na leitura das actas — mas isto são considerações de ordem mais geral.

Agora, o que continua a ser difícil de entender, é a constante mudança de critérios na elaboração da informação, em que para se estabelecerem comparações, para se estabelecer uma linha de evolução, para se fazer uma análise mais rápida dos elementos que nos são fornecidos era bom que a informação fosse formatada sempre da mesma maneira ou pelo menos de maneira semelhante.

Quando as coisas se limitam a arrumação diferente, o protesto é deste tipo. Mas quando deixa de existir informação que é exigida por lei, o protesto tem de ser mais veemente.

Desapareceram da informação deste mês as reclamações e os recursos hierárquicos!?! As reclamações são um elemento importante para nos apercebermos do que é que se vai passando pelo município; coisas que são mal feitas, coisas sobre as quais as pessoas estão descontentes e portanto, reclamam à Câmara.

Os recursos hierárquicos dão-nos também uma noção do ambiente interno da organização. Não há recursos hierárquicos?! Portanto, foi omitido nesta informação aquilo que é uma exigência da lei. Está no regimento. É uma disposição regimental que transcreve a lei das autarquias locais. Posto esta questão formal há outra questão formal, mas de conteúdo diferente.

O Senhor Presidente repetidamente escreve: «relativamente à evolução do passivo, o montante total da dívida é...». Nós sabemos bem que o montante da dívida não é aquele que está – é muito maior.

O senhor Presidente ou passa a escrever “a evolução do passivo não financeiro” ou se diz que “é a evolução do passivo” tem que pôr o passivo todo para que não haja dúvidas.

O Prof. Manuel Coimbra já disse há pouco que além desta dívida eram mais cinquenta... não são mais cinquenta, são cinquenta e oito milhões de dívida, à banca e etc. Esse é que é o passivo. O que aqui está é o passivo não financeiro. O que depois leva alguns membros da Assembleia mais desprevenidos a dizer que o passivo diminuiu 5%! Ora, o passivo não diminuiu 5%, a dívida diminuiu esses 5%.

Gostava, Senhor Presidente, que dissesse à Assembleia porque razão (isto não é nenhum segredo, não é nada particular) não participou na primeira reunião da Assembleia da Grande Área Metropolitana de Aveiro?

Como o Senhor Presidente sabe, tirando por analogia estas Assembleias Municipais, nas Assembleia Municipais, «é dever dos membros do Executivo participarem na Assembleia, assistirem aos trabalhos da Assembleia». Ora, também aqui por analogia se depreenderá que é dever da Junta – e sendo a Junta composta por todos os Presidentes de Câmara da Área Metropolitana, é dever da Junta participar e assistir aos trabalhos da Assembleia Metropolitana. O Senhor Presidente da Câmara foi o único que faltou!? E não deixou de ser objecto de remoques e de indirectas que não o atingiram só a si, atingiram no meu entender todos os eleitos de Aveiro que ali estavam.

Caso o Senhor Presidente tenha dado alguma justificação prévia para a sua ausência ela foi omitida. E acho que não ficou bem, não se saiu bem neste retrato; embora aquilo tenha reunido de uma forma semi-clandestina, sem ser aberta ao público nem à comunicação social, mas de qualquer forma há um retrato que foi tirado, e nesse retrato ficou mal por omissão.

Gostaria que o Senhor Presidente nos esclarecesse sobre um outro aspecto da Comunicação, embora ele seja tratado, mas não desta forma, que é: mais uma vez a questão dos armazéns gerais e da polémica ou do interesse das estruturas da saúde em relação aos armazéns gerais? Nós tivemos aqui a discussão do Plano de Pormenor Mário Duarte. Aquilo que o Senhor Presidente nos apresentou como sendo o parecer das estruturas de saúde não era (era do Delegado de Saúde de Aveiro)... mas o assunto teria sido arrumado, mas agora que o Plano de Urbanização está em apreciação, terem um parecer ou uma reserva por parte das estruturas regionais de saúde!? Portanto, eu queria que este assunto fosse devidamente esclarecido pelo Senhor Presidente.

Quanto à SIMRIA. Se as coisas são como surgem na comunicação social fica claramente uma ideia de que aquilo que se pretende é arranjar espaços para dar lugar a membros do Partido Socialista em administrações e conselhos de administração. Eu acho que mesmo que o processo anterior, com todo o respeito, com toda a ressalva que possa ser necessário fazer em relação às pessoas individualmente consideradas, o processo anterior da SIMRIA, foi claramente um processo de controlo político. Mas eu acho que a solução não é responder ou anular esse controlo político com o controlo pura e simples de outra força política. Tem que haver alguns critérios que não sejam os do cartão partidário na composição dos órgãos de direcção destas empresas. É evidente que não é o Presidente da Câmara nem são os Presidentes da Câmara da região quem nomeia o Conselho de Administração da SIMRIA. Quem nomeia o Conselho de Administração da SIMRIA, será certamente a Assembleia-geral dos accionistas, serão os donos da empresa que o farão, mas Senhor Presidente, aquilo que se diz, que o Presidente duma federação do Partido Socialista e Presidente da Câmara Municipal de Aveiro diz, e sendo reconhecido que neste processo é uma pessoa próxima do Primeiro-ministro, é de alguma forma também um sinal claro de pressão que me parece desadequado.

Já quanto ao conflito anterior, parece-me estranho (e daí que fale em pressão) que sendo um conflito que se arraste há anos ele assuma agora a dimensão pós-eleições. Dá mais a ideia que é ... o Senhor Presidente dirá.

Também gostava de perceber qual é que é o argumento da Câmara Municipal de Aveiro neste processo? Porque, daquilo que eu percebo, a Câmara estará a dizer: nós temos a maior cota parte de efluentes, nós somos aqueles que mais poluímos, por isso tratem-nos melhor ou tratem-nos preferencialmente com uma tarifa preferencial!

Ora, é sabido, que a Câmara não tem nenhuma consideração por aqueles consumidores, aqueles aveirenses, que por uma ou outra razão produzem mais efluentes líquidos e que por isso mesmo pagam mais taxas de saneamento, pagam mais taxas de resíduos sólidos, pagam mais, pagam mais, pagam mais...”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)
Presidente da Mesa
Vogal Raúl Martins (PS)
Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)
Vogal Dores Topete (PPD/PSD)
Vogal Rui Costa (PPD/PSD)

B

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Umas notas muito breves. A primeira tem a ver com ter verificado pelo relatório do Senhor Presidente, que reuniu ou terá já reunido várias vezes a Comissão de Património Edificado desta Câmara Municipal. Folgo em saber que foi finalmente refeita esta Comissão. Isto por ter sabido que em tempos (há um ano, se calhar nem tanto não existia) tinha sido dissolvida no final do anterior mandato e que ainda não tinha sido instituída.

Eu gostava contudo de saber quem são os membros desta comissão? Os membros que irão defenderem o nosso património edificado? Penso que todos aqui temos direito de saber quem são as pessoas que conhecem os valores que temos no nosso concelho e que estão prontas para o defender. Penso inclusive que deveríamos ter tido conhecimento no momento em que foi instituída esta Comissão.

Uma outra questão que salta aos olhos e que não posso deixar de referir é a «elaboração de alterações pontuais relacionada com estrutura...(e por aí fora, não interessa o resto do ponto) no plano de Pormenor de Sá-Barrocas». Eu não percebo porque é que continuam a chamar “Plano de Pormenor de Sá-Barrocas”!? Sinceramente que não percebo. Já que em tempos foi trazido a esta Assembleia uma alteração a este plano de pormenor; já lá vai, penso um ano e meio, dois anos talvez. Essa alteração tinha a ver com capacidades construtivas, nomeadamente na zona da FRAPIL, que levantou grandes movimentações por parte dos ex-trabalhadores e tinha também a ver com aquele cantinho que perdoem-me a expressão, mas como quem não quer a coisa foi retirado ao plano e por acaso foi percebido.

Depois disto o plano caiu no esquecimento nunca mais se ouviu falar nele. Agora já se houve aqui novamente falar em elaboração de alterações pontuais, relacionadas com a estrutura cadastral!?

Então mas afinal ainda existe plano de pormenor ou será que é um estudo urbanístico de Sá-Barrocas? Será que é plano de pormenor ou é mais uma forma de fazermos política? O que é que estamos aqui a ver? Gostava que este plano, se é que é para termos plano, fosse concretizado e fosse oficializado.

Por último vejo, que como é da lei (se não estou em erro do Decreto-lei n.º 380/99), é necessário como aqui diz, a apresentação de um relatório devido a estar a ser efectuado ou iniciada a revisão do PDM. Depois neste relatório, estão incluídas medições e avaliações sobre o trabalho realizado no âmbito do PDM existente e em exercício e portanto, quais foram as suas consequências? Acho muito bem, tenho pena de não ter ainda tido conhecimento dessas medidas. Mas, mais do que isto, aparece aqui uma alínea d) que é a “definição de novos objectivos de desenvolvimento para o município e dos critérios de sustentabilidade a adoptar”. Ora, eu penso que nós, Assembleia Municipal, somos representantes da população deste concelho, penso que temos todo o direito e dever cívico de dizer quais são as nossas intenções, quais seriam os nossos objectivos, de darmos o nosso contributo, por muito grande ou muito pequeno que possa ser, mas termos a capacidade, a possibilidade de dar o nosso contributo para este relatório.

Penso que também somos elementos representantes e necessários para a construção deste relatório e para a elaboração do que seria um objectivo conjunto, global, integrado, do novo PDM.

Deste modo entristece-me ver que este relatório está feito, fechado, completo e que para além de nos ter deixado de fora não nos foi dado a conhecer. Afinal que representantes somos nós, se nem sequer somos ouvidos, nem sequer nos mostram o relatório, não nos dizem nada?! Nem sequer para aprovação, porque isto é um relatório de estudo, para elaboração do novo PDM.

Mas afinal, então, que importância temos nós se não temos nenhuma palavra a dizer sobre o ordenamento do território do nosso concelho?

Não é nada de novo. Simplesmente penso que podemos ainda fazer alguma coisa e falando por mim, estou sempre disponível para contribuir para que se debata, para que se tente melhorar, porque penso que todos por muito leigos que possamos ser na matéria temos sempre algum contributo a dar.

Relativamente ao Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro, espero em breve tê-lo para discussão pública e conhecer a versão final. Folgo saber que este longo processo está a chegar ao fim e que traga boas coisas para Aveiro.”

Vogal Maria António Pinho e Melo (PPD/PSD)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Eu vou responder sucintamente a um conjunto de questões mais específicas que foram colocadas e depois deixar duas ou três para o fim. Queria dizer ao Gustavo Barros que de facto o relatório do PDM a que se refere, é um relatório que desencadeia o processo junto da CCDR, e portanto, não há nenhuma novidade em relação aos relatórios de aplicação do PDM que esta Assembleia tem acompanhado. É o início do processo não é o fim do processo e portanto, não há motivo nenhum para que esta Assembleia se sinta afastada do processo de revisão do PDM. É um relatório técnico que corresponde àqueles que conhecem e que desencadeia o processo, não fecha o processo. Esta Assembleia vai ter toda a oportunidade para participar activamente na revisão do PDM.

Sobre o consumo de álcool, é uma opinião que eu respeito, não concordo. Eu nem gosto muito de whisky. Acho que a publicidade e as políticas proibicionistas no consumo do álcool têm história e viram os resultados e todos conhecemos os resultados que deram. Acho que temos é que fazer um trabalho pedagógico junto das escolas, junto de todos, no sentido de evitar os excessos e que as pessoas tenham a capacidade de saber beber e de saber consumir toda uma série de coisas com moderação. E portanto, não temos nenhuma postura moralista nesta matéria dentro de certos parâmetros.

Sobre os recursos hídricos. A informação que temos também é de que eles estão normais, de acordo com a escassez de recursos que se sente um pouco por todo o lado, mas não há motivos nenhuns para alarme. Como sabe o nosso abastecimento de água é feito directamente a partir das captações do Carvoeiro, mas além disso ainda não temos nenhum sinal de alarme do Carvoeiro. Além disso Aveiro ainda tem a sua reserva estratégica, o Vale das Maias, susceptível de ser accionada em caso de penúria. E portanto, temos desse ponto de vista, uma situação muito tranquila.

Sobre a abertura ao público do arranjo entre o canal de S. Roque e o IP 5, ela está prevista para meados deste mês de Março, Abril, consoante as datas em que seja possível em colaboração com a Estradas de Portugal, colocar os rails de protecção e das vedações. Depois há uma outra empreitada que será concluída mais tarde que é das duas pontes pedonais que ainda lá faltam, mas está tudo encaminhado para que aquele espaço possa ser aberto à fruição do público nas próximas semanas.

O resultado da alienação do capital da PDA também será conhecido na próxima reunião de Câmara (2.ª feira), e virá a esta Assembleia Municipal na próxima Assembleia Municipal em Abril.

Também já houve uma reunião com os moradores que habitam nas imediações da Quinta do Cruzeiro e da passagem superior, para lhes fazer ver as soluções que têm vindo a ser estudadas para que eles acompanhassem este processo. Tudo está a ser feito para que essa correcção não cause nenhum prejuízo à fruição das casas que ali se encontram.

Outras questões que foram colocadas sobre os terrenos para o Hospital. Deputado António Salavessa, não há polémica nenhuma! A polémica foi encerrada há três anos talvez. O Hospital através da Sub-região de Saúde deu parecer favorável e não se opôs, como se recordarão todos, ao Plano de Pormenor do antigo Estádio Mário Duarte. Acontece é que no âmbito do Plano de Urbanização de facto não foi feita uma análise rigorosa do que se tinha passado e eu queria dizer aqui do mesmo modo, se dúvidas houvesse ou se a Administração Regional de Saúde agora tornasse a suscitar alguma dúvida e a dizer que precisava daqueles terrenos para a expansão do Hospital — quando nós sabemos que não precisa. Eu queria recordar a todos que a capacidade para decidir o planeamento de Aveiro não é da Administração Regional de Saúde é do município de Aveiro e desta Assembleia.

Portanto, quem decide onde vai ser o novo Hospital de Aveiro ou se há condições para expandir o Hospital de Aveiro ali ou não, não é a Administração Regional de Saúde — e o município não abdica desse seu direito como se impõe em nome da defesa dos nossos interesses. Há terrenos bem localizados próximos de eixos viários (isso já foi aqui amplamente discutido) para que a criação de um novo Hospital, se for esse o caso no futuro, e não possa de modo nenhum ser posta em causa para a expansão que neste momento as autoridades de saúde querem fazer no Hospital de Aveiro.

E portanto, espero que isto seja rapidamente esclarecido junto da CCDDR, como outras incongruências que a informação que a CCDDR veiculou para a comunicação social contém.

Sobre o Carnaval e sobre aquilo que o deputado Manuel Coimbra disse — ele hoje esteve outra vez muito infeliz. O Senhor Deputado tem estado muito infeliz nas últimas intervenções. Infelizmente começamos a conhecê-lo assim só com intervenções infelizes. Por exemplo, aquilo que disse sobre o Carnaval é totalmente falso. A verdade é que o Carnaval da paróquia da Glória não se fez por razões que, e pode perguntar ao pároco da Glória e tenho a certeza que ele não dirá que foi por falta de um euro da Câmara Municipal de Aveiro.

Eu próprio tive o cuidado de telefonar ao Padre João a saber porque é que não havia Carnaval e se havia alguma dificuldade financeira relacionada com a Câmara. E ele disse-me que não; que a razão não era essa. Para outra vez informe-se antes de fazer acusações falsas sobre o que se passou — a não ser que o Senhor Padre João lhe tenha dito uma coisa a si e outra a mim.

Depois Aveiro-Expo. Alguém perguntou se a Feira de Março ia ser já organizada pela nova empresa; vai. A empresa está a funcionar e portanto a próxima Feira de Março será organizada já pela Aveiro-Expo.

Sobre a situação financeira da Câmara eu queria registar a respeito de todas as tentativas que o PSD e o PP fizeram para a continuar a denegrir. Queria registar com agrado o facto de a dívida estar a diminuir. E o Senhor Professor Manuel Coimbra, tornou-se a esquecer daquilo que se esquece sempre e que de facto é tremendo do ponto de vista do seu rigor intelectual na análise destas coisas. Porque fala na dívida a vinte anos e só refere a receita do último ano! Isto é uma análise que qualquer pessoa minimamente atenta percebe que é totalmente ilegítima e destituída de qualquer sentido crítico até.

E queria frisar que baixámos o passivo de curto prazo, que é aquele que preocupa os nossos fornecedores e todas as entidades com quem lidamos. Baixamos o passivo de curto prazo neste trimestre de dois milhões, quatrocentos e noventa mil euros; baixamos nos últimos oito

meses, nove milhões de euros. Baixámos e isto é um bom sinal. Estamos a baixar pelo quarto trimestre consecutivo o passivo e portanto, para os profetas da desgraça, ai estão alguns dados, estes sim muito rigorosos que os vão desapontar.

Sobre a SIMRIA. Eu gostava de distinguir dois planos: em primeiro lugar o plano do funcionamento da empresa. Eu já expliquei o que se passou e hoje foram aqui de novo suscitadas uma série de questões e até certo ponto é uma pena que a gestão da empresa, que é uma empresa importante para o futuro da Ria de Aveiro e de todos nós, venha a ser discutida na praça pública desta maneira — mas não fui eu que o trouxe para a praça pública. Eu limito-me a reagir porque aquilo que tem sido dito é de facto maldoso e pouco rigoroso. É verdade que eu estive na assinatura do contrato de recolha e tratamento com a SIMRIA, e também é verdade como já é público, que na altura por haver uma divergência em relação ao montante das tarifas que implicavam um aumento de 100% nas tarifas ao consumidor, eu não obstante o governo ser do PS e em nome da defesa dos interesses do município de Aveiro, exigi que fosse aposta uma cláusula que condicionava a entrada em vigor do contrato a uma deliberação da Câmara Municipal de Aveiro; que nunca foi tomada. Portanto qualquer jurista sabe isto. Quando há uma condição suspensiva e a condição não se realiza, o contrato não entra em vigor, o contrato não tem eficácia jurídica entre as partes até que essa condição se realize. E a questão não teve nenhuma premência e só agora vem para a comunicação social e vem a lume. Não teve a premência que teve, porque como podiam ter deduzido, nos dois anos em que a conduta e as estruturas estiveram a ser construídas não podia haver facturas para emitir a ninguém porque não havia condutas onde passasse o efluente e o caudal — isto parece elementar, toda a gente percebe.

Portanto nos tempos do governo PS a questão não foi resolvida, mas não era urgente resolvê-la porque não havia facturação possível de passar. Não havia condutas, o sistema estava a ser construído.

Bom, a partir do momento que as condutas foram sendo construídas e o problema começou a ganhar equidade — e vamos com três anos de governo PSD (de desgoverno, como alguém dizia há pouco) era necessário ter resolvido este problema. Infelizmente não o quiseram resolver!? Porque o que a Câmara de Aveiro estava a pedir e continua a pedir, não é como Senhor Deputado Salavessa disse, nenhuma situação de favor especial para a Câmara de Aveiro, é uma revisão muito simples dos pressupostos económico-financeiros que estiveram na base do lançamento e do funcionamento da SIMRIA, que façam com que todos os municípios do sistema beneficiem de tarifas mais suaves e que em vez de termos um aumento de 100% nas tarifas, tenhamos um aumento progressivo e gradual ao longo por exemplo de cinco anos e sem que isso ponha em causa o equilíbrio financeiro do sistema.

Os Administradores da SIMRIA sabem que isto é possível fazer; que se faz muito rapidamente. Sabem que a facturação da Câmara de Aveiro é absolutamente essencial para que a empresa possa ter resultados e de uma forma que eu não percebo como é que podem dizer que defendem os interesses de Aveiro ou da própria empresa e persistiram numa total inépcia e incapacidade de gerir este problema por eles próprios e com a tutela.

E das duas uma: ou não tiveram a capacidade para demonstrar à tutela que este problema era fácil de resolver a contento de todos e da própria empresa ou transigiram com uma gestão partidária desta questão; o que é lamentável também.

Agora passo para a questão política da SIMRIA, porque era o que mais faltava Senhores Deputados, eu agora vir a ser acusado ou a Câmara de Aveiro de estar a ter um critério partidário em relação à Administração da SIMRIA — era o que mais faltava! Porque o que fez o PSD quando chegou ao poder foi um saneamento político total — e foi na altura por mim humildemente avisado o Senhor Eng.º Ribau Esteves e as pessoas que estiveram na altura neste processo, que nem sequer era por razões políticas, era por uma questão de sensatez e de funcionalidade da empresa. Em lado nenhum, um município que é responsável

por 50% do efluente necessário para a empresa funcionar, um município que é responsável por 10% do capital, quando todos os outros municípios têm percentagens inferiores, a mera sensatez imporá que pelo menos um representante desse município estivesse nos órgãos de administração desta empresa. O que se fez ultrapassou tudo em termos de “varridela” partidária e de gestão estritamente cega e partidária desta questão. E portanto, era o que mais faltava!

E portanto Senhor Professor Manuel Coimbra, eu acho que o accionista deve fazer é cessar com este critério partidário e designar pessoas competentes. É assim que tem que ser.

E pessoas que tenham em conta a correlação de forças e o peso específico que o município de Aveiro tem nesta empresa e que tem que ser respeitado; sob pena da empresa não funcionar, como é evidente. A empresa precisa dos 50% de efluente que são gerados no município de Aveiro. O que eu disse e os jornais, eu por acaso tive o cuidado de reler e nessa parte transcreveram bem, às vezes sai uma palavra a mais ou uma palavra a menos, mas transcreveram com rigor. O que eu disse: é que o efluente gerado no município de Aveiro era responsável por 50% do efluente. A PORTUCCEL faz parte do município de Aveiro, queria recordar ao Senhor Deputado António Manuel Granjeira que se deve ter esquecido disso. E deve-se ter reportado a números que eu não sei onde é que foi buscar; talvez os relativos a S. Jacinto, são os únicos que estão a entrar no sistema por razões técnicas e óbvias.

De resto, nós temos, francamente, muita esperança que isto rapidamente se resolva. Como vos digo é fácil de resolver, basta que haja capacidade de decisão política e que não haja uma gestão partidária deste problema.”

Membros da Assembleia

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Serenamente, como é meu timbre, e eu não falaria se o Senhor Presidente da Câmara não persistisse em ofender as pessoas. Chamou incompetente à Administração da SIMRIA; não é a ofender Senhor Presidente? V/Exa. disse: «designar pessoas competentes». O que é que isso quer dizer Senhor Presidente? Do meu ponto de vista ofendeu — e penso que é entendimento geral.

Quanto aos saneamentos políticos Senhor Presidente nada tenho a ver com isso. Mas quero dizer-lhe que tem bons exemplos, até nesta Assembleia, de como é que se faz limpeza — basta olhar para a Mesa desta Assembleia.

A PORTUCCEL cumpre rigorosamente e religiosamente os seus deveres para com a SIMRIA. A Câmara socialista de Espinho fez um excelente acordo — o que prova a capacidade e a excelente gestão que a SIMRIA tem, como lhe disse há pouco.

A Câmara de Ovar fez um excelente acordo e aceitou as condições que são impostas genericamente no país pelas águas de Portugal às suas subsidiárias (de que em Aveiro temos a SIMRIA).

Aceitou também a Câmara de Ovar (e aqui cumprimento o Dr. Armando França pela coragem que teve em implementar e assumir o ónus político que possa ter tido), pela implementação do sistema SIMRIA em Ovar — e está a cumprir com as suas obrigações financeiras para com a SIMRIA.

O problema de Aveiro é bem mais grave como V/Exa. sabe. Não é uma questão de tarifas que está aqui em causa. V/Exa. pretende distrair-nos com a questão das tarifas, mas tem outras razões de fundo que quando quiser voltaremos a falar nisto. (ouvem-se vozes) Eu não quero aqui... quer que eu diga, eu digo. As razões são claramente de recusa da Câmara de Aveiro que quer um tratamento de excepção. Recebe e entrega o efluente a título experimental!

A SIMRIA para evitar que o mal seja maior no sistema e na nossa Ria, tem aceite essa figura e vai facturando uma parte... Ó Senhor Presidente, V/Exa. dirá o que entender. Já que

se falou, o Senhor sabe que eu nunca falei neste assunto, mas sinto-me atingido e acima de tudo tenho obrigação aqui e agora de defender o Eng.º Manuel Fernandes Tomaz – como Administrador Executivo da SIMRIA - sabe porquê? Porque é considerado entre os seus pares um dos melhores. Faça o favor de fazer o seguinte, Senhor Presidente: não falte às Assembleias-gerais, como costumam fazer. Faça o favor de estar presente na Assembleia-geral; nunca os vi nas Assembleias-gerais!?

Quando V/Exa. estiver presente na próxima Assembleia-geral, que será além de amanhã, vai verificar que os indicadores de gestão e de objectivos, cumpridos da SIMRIA, estão no topo das empresas do grupo Aguas de Portugal.

Portanto, fica-lhe mal, estar a atingir uma empresa, gestores de Aveiro — e obviamente a razão de fundo sabemos todos qual é. É que a Câmara de Aveiro não tem capacidade financeira para cumprir com as suas obrigações.”

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de solicitar à Mesa que pedisse à Câmara para fornecer os dados que pedi nomeadamente, relativamente aos membros da Comissão de Património Edificado e relativamente ao relatório do PDM.

Farei chegar à Mesa o pedido por escrito destas minhas solicitações.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Essa sua sugestão de poder haver um agendamento para esmiuçar esta questão da SIMRIA, talvez seja adequado, vamos pensar no assunto.

Mas esta polémica (chamemos-lhe assim) ou esta troca de opiniões na Assembleia Municipal, leva-me apenas a deixar um comentário final. É que vou ver com muita curiosidade se vai haver substituição na Administração da SIMRIA. E vou ter muita curiosidade em ver os critérios das nomeações para essa Administração — isto é só uma reflexão.

Perante aquilo que disse o Senhor Presidente e os critérios que colocou, vou estar com muita curiosidade nessa matéria.”

Vogal António Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu gostaria, com sinceridade, de dizer ao Senhor Presidente, que eu não tenho incomodo em falar deste assunto, nem estou mandado por ninguém.

Todos os dados que eu arranjei foi em sítios públicos. Não conheço ninguém da SIMRIA nem lá fui perguntar nada. Portanto, é tudo público.

E quero-lhe dizer que em relação à SIMRIA – eu estou muito à vontade em relação a isso. Em relação às nomeações políticas, como sabe o CDS na altura, pelo menos a concelhia de Aveiro manifestou-se contra esta situação. E portanto, não concordámos com ela e achámos que foi incorrecta a posição. Não me compete a mim dizer que esta Administração devia ter um elemento a representar Aveiro. Não está isso em causa. Tanto faz ser do PS, como do PSD, para mim é irrelevante, não está isso em causa, acho que o Senhor Presidente tem razão nisso tudo.

Agora, também acho, que me pôs aqui na minha boca algumas imprecisões que eu não disse. O que eu disse e reafirmo é: o senhor não tem razão!

Primeiro, de facto eu não sei se estes números são correctos, mas pelo menos são fidedignos e estão publicados (eu não vou estar a discutir a fonte). De facto em 1999 a Câmara colocou na SIMRIA, quarenta e um mil e novecentos metros; em 2000 cento e vinte e um. Portanto, o que eu disse e aquilo que o Senhor pode ter dito para os jornais, mas contrariamente àquilo

que aqui afirmou não foi transcrito pelos jornais, não se diz em lado nenhum que o concelho tem mais de 50%. Não! Não disse no tempo do verbo que o Senhor aplicou. Disse: «que gera» — e eu não considero, obviamente, para estas contas a celulose. A celulose é um cliente que paga as suas contas desde o início e não conta para estas contas que nós estamos a fazer. Não conta!

Portanto é o peso específico daquilo que cada município lança que conta. Agora, a PORTUCEL é como se fosse outro cliente à parte. Portanto, eu aí não concordo consigo. Mas para mim o principal problema, para além destes problemas técnicos e que eu dou razão ao Dr. Raúl Martins, eu estou-me nas tintas para se tem ou não têm de provar que tem fuga ou quando é que o empreiteiro vai arranjar ou não vai. Eu estou perfeitamente à vontade nisso.

Agora o que eu não estou à vontade (e critico-o a si directamente) é porque se está aqui a fazer um caso político e a atirar areia para os olhos. Mas o ponto fundamental e que também vem escrito nos jornais, que eu não vi desmentido, é que de facto os pontos negros da Ria são: o Esteiro de S. Pedro e na Vista Alegre. E isso é um facto indesmentível. E isso não preocupa ninguém?

Quer dizer, estão todos preocupados em pagar ou não pagar, mas o problema de estar a quinze metros um tubo e poder ligar lá as coisas, já ninguém está preocupado!

E mais Senhor Presidente. Eu estou preocupado porque é um problema de saúde pública — e é isso que me preocupa. Quero lá saber quem é que paga ou deixa de pagar. Devia estar preocupado, porque o Senhor que fez isto no tempo do Eng.º António Guterres e do Eng.º Sócrates (até sei quanto se gastou para fazer a inauguração).

Portanto, o Senhor Presidente pôs uma cláusula nesse acordo; deu um prazo de dois meses e não a cumpriu! Agora, eu juridicamente não sei se tem razão ou não; nem me interessa.

Para mim o que é relevante é o seguinte: é que passaram cinco anos – não interessa se é com governo socialistas, se é com dez ministros ou com doze Presidentes de Câmara, o que eu sei é que hoje ao fim de cinco anos estão os “esgotos” a sair na mesma para os sítios onde não deviam sair e é um problema de saúde pública.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu estou convencido de que realmente já dissemos aqui todos os argumentos, já pousemos na mesa todos os argumentos que podiam ser ditos acerca da SIMRIA. Porque não há dúvida que é uma birra do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

É por aquilo que assisti nesta discussão, afinal a SIMRIA sempre teve Administradores de Aveiro. Hoje a SIMRIA tem dois Administradores de Aveiro. Agora, o problema é que não temos nenhum Administrador que seja nomeado pela Câmara Socialista. Agora que temos aveirenses, que temos gente que sabe o que é que Aveiro quer, gente que defende os interesses de Aveiro no conselho de administração da SIMRIA, eu não tenho dúvidas quanto a isso; penso que é um assunto arrumado.

Agora eu gostaria só, em relação aquilo que o Senhor Presidente da Câmara respondeu a esta Assembleia, só referir dois pontos: o primeiro deles é quando o Senhor Presidente fala em que “nós diminuimos o passivo a curto prazo”. Gostava de lhe perguntar se para isso contribuiu o diferencial da perda de receita de SISA prometido pelo Governo — e que o Senhor Presidente da Câmara tanto se tem queixado que não recebeu. Se afinal recebeu esse diferencial da diferença de receita de SISA de 2003 (parece-me que recebeu nesta altura)?

Se calhar foi isso que coincidiu com a diminuição do passivo. Apesar das Juntas se queixarem de que não receberam nada, nenhuma verba pelo facto da Câmara ter recebido essa.

E a segunda. Eu acho que foi uma omissão da nossa parte, mas eu acho que valia a pena fazermos uma referência nesta Assembleia Municipal ao facto do nosso colega de Assembleia o Senhor Santos Costa do CDS/PP, ter sido eleito Vice-presidente da Mesa da Assembleia da Grande Área Metropolitana de Aveiro. Eu penso que isso também é uma honra para o município aveirense e para todos nós que estamos aqui.”

Presidente da Mesa

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Agradeço a referência. A única coisa que posso dizer é que tentarei fazer o melhor que souber e me for possível como elemento da Mesa.

Dois apontamentos em termos de réplica daquilo que o Senhor Presidente disse.

Um, para dizer que efectivamente, a única pergunta que eu fiz o Senhor Presidente não respondeu! Era uma coisa muito simples que tinha a ver com os licenciamentos tratados na sua Comunicação na página número quatro.

A outra foi efectivamente passar uma esponja pela minha intervenção, que tem a ver com os recursos hierárquicos, com as reclamações, com os processos judiciais. E eu quero dizer-lhe uma coisa como sinal de protesto – e depois de ouvir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a dizer que não há sanção, que as questões são políticas, vai-me permitir que na próxima reunião ordinária, se a Comunicação do Senhor Presidente da Câmara for igual a que nos tem habituado, irá haver uma sanção quanto mais não seja de protesto por parte desta bancada. Fique ciente disso.

Outra coisa em relação às contas. O Senhor Presidente com algum prazer e com alguma ironia, refere como positivo a redução do passivo. É verdade Senhor Presidente, mas nós não somos lorpas. Quando nós falamos de dívidas de compromissos de curto prazo, tem que dizer mais alguma coisa. Tem que nos dizer também para nós podermos avaliar, qual é o activo circulante? Quais são as disponibilidades de curto prazo que a Câmara prevê? Para nós podermos analisar, e isso normalmente nunca acontece.

Quanto aos processos. Eu quero dizer duas coisas: eu dei-me ao trabalho, porque a forma de informar quanto aos processos é diferente de sessão para sessão o que nos traz a nós uma diminuição de capacidade de análise, porque não temos hipótese de comparar. Mas eu dei-me ao trabalho de fazer algum estudo, algum trabalho de casa, e cheguei à conclusão do seguinte: há muitos processos de injunções que desapareceram!? Eu como elemento da Assembleia Municipal tiro uma simples conclusão — foram os que pagaram. Daí a diminuição do curto prazo. Não sei se por mérito... daí aquela piada que há bocado dei, não sei se por mérito de quem.

Bom, mas há outros. O Senhor Presidente podia relacioná-los aqui dizendo, como é sua obrigação, qual é a fase. Parece que o Senhor Presidente da Câmara tem vergonha de dizer a quem paga! Não tenha Senhor Presidente! Nós ficamos todos satisfeitos. Não tenha vergonha de dizer que paga e quanto paga.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Só uma rápida réplica para dizer que de facto, na informação dos processos judiciais nós temos feito um esforço por melhorar. Até adquirimos uma aplicaçãozinha informática para que as coisas venham agora com mais precisão. E de facto, houve ali uma coluna no contencioso externo que não foi possível preencher atempadamente porque não obtivemos as informações do exterior que eram necessárias para distribuir a Comunicação. Será corrigido na próxima.

De resto, a questão que o deputado Santos Costa levantou sobre os processos de licenciamento, refere-se aos processos de licenciamento que vamos fazendo no âmbito dos estudos urbanísticos, que estão ali citados. Não se licenciam estudos urbanísticos. Licenciamos os pedidos que nos aparecerem que estejam compatíveis com os estudos que estão aprovados e portanto, refere-se a isso.

Finalmente, eu gostava de dizer a todos que acho que não estou a fazer nenhuma birra. Mas tenho muito gosto em fazer todas as birras que se justificarem para defender os interesses de Aveiro e dos munícipes, como fiz com o governo do Sr. Eng.º António Guterres, quando este processo começou — e continuarei a fazer com este, se a defesa dos interesses de Aveiro o justificar.”

Seguidamente o Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 14 de Março (2.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 08 de Março de 2005.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)